

STF mantém proibição de benefícios sociais em bets

Além da suspensão de publicidade de apostas online para crianças

Por Karoline Cavalcante

O Supremo Tribunal Federal (STF) referendou, por unanimidade, na última quinta-feira (14), a decisão do ministro Luiz Fux, que determina o impedimento do uso de recursos provenientes de programas sociais, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), em apostas online — as chamadas bets.

O ministro determinou também a suspensão de qualquer publicidade de jogos de apostas online de cota fixa direcionada a crianças e adolescentes em todo o território nacional. Adicionalmente, exigiu que o governo federal cumpra imediatamente as medidas de fiscalização e controle voltadas para esse público, previstas na Portaria 1.231/2024 do Ministério da Fazenda, que regulamenta a Lei das Bets (Lei 14.790/2023).

“Verifica-se que o atual cenário de evidente proteção insuficiente, com efeitos imediatos deletérios, sobretudo em crianças, adolescentes e nos orçamentos familiares de beneficiários de programas assistenciais, configura manifesto periculum in mora (situação de urgência), que deve ser afastado de imediato. Caso contrário, a inaplicação de normas já editadas até janeiro de 2025 poderá agravar o já crítico quadro atual”, argumentou Fux.

Os demais ministros da Corte — Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia, Gilmar Men-



Antonio Augusto/STF

Decisão de Fux foi referendada pela Corte

des, Dias Toffoli, André Mendonça, Luís Roberto Barroso e Nunes Marques — acompanharam o entendimento do relator. No entanto, o ministro Flávio Dino fez uma ressalva.

De acordo com Dino, a regulamentação da prevenção aos transtornos do jogo patológico não se insere nas competências da Fazenda, “tampouco o seu qualificado corpo técnico possui formação profissional congruente com tal dever”. Ele sugere que o Sistema Único de Saúde (SUS) seja o responsável por concentrar as ações e serviços na área, “a fim de obter maior consistência técnica, coerência e eficácia”.

“Assim, em razão das regras constitucionais relativas à ‘direção única em cada esfera de governo’ e ao ‘atendimento integral’, entendo que o SUS deve

ser estabelecido como a instância regulamentar competente para tratar dos ‘transtornos de jogo patológico’”, afirmou.

Ações

A liminar foi tomada no âmbito das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 7721 e 7723, movidas pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e pelo partido Solidariedade contra a Lei das Bets.

Além disso, na última segunda-feira (11), o procurador-geral da República, Paulo Gonet, ajuizou uma nova ADI na Suprema Corte contra as leis que regulamentam a atuação das bets no Brasil, sob a justificativa de que a legislação “fere direitos sociais à saúde e à alimentação, direitos do consumidor, de propriedade, da criança

e do adolescente, do idoso e da pessoa com deficiência”.

Em audiência pública realizada na terça-feira (12), Fux afirmou que a atividade não pode continuar sem uma estrutura regulatória adequada e informou que a ADI da PGR será analisada de forma conexa à da CNC.

Na mesma data, o Senado Federal instalou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das apostas bets para investigar o impacto dos jogos de apostas virtuais no orçamento das famílias brasileiras, “bem como o uso de influenciadores digitais na promoção e divulgação”. O requerimento de criação da CPI é de autoria da senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), que também foi escolhida como relatora do colegiado.

Congresso discute tributária, chip da beleza e celulares em escolas

Por Gabriela Gallo

Com o foco da semana voltado para a 19ª Cúpula do G20 (grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo, mais a União Europeia e a União Africana), que acontecerão nesta segunda (18) e terça-feira (19) no Rio de Janeiro, a semana será pouco movimentada no Congresso Nacional. Com o novo feriado nacional do Dia da Consciência Negra nesta quarta-feira (20) e o recente episódio das explosões próximo ao Supremo Tribunal Federal (STF) e a Câmara dos Deputados, a tendência é que, apesar das Casas seguirem com as reuniões das comissões marcadas, não se debatam assuntos de grande relevância.

Nesta segunda-feira, a Comissão de Educação realizará, às 14h, uma audiência para debater os impactos do uso de celulares por crianças e adolescentes nas escolas. A medida é discutida após o Ministério da Educação (MEC) anunciar que está elaborando um projeto de lei que proíbe o uso dos aparelhos eletrônicos pelos estudantes em salas de aula de escolas públicas e privadas. Esta é a segunda audiência sobre o tema. Na primeira, que aconteceu na última terça-feira (12), os parlamentares avaliaram que não existe uma solução fácil para os desafios envolvendo a tecnologia no ambiente escolar.

Reforma Tributária

Ainda nesta segunda, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal realiza, às 14h30, uma nova audiência para discutir o projeto de lei



Marcos Oliveira/Agência Senado

CCJ debate impactos no setor imobiliário, Zona Franca de Manaus e para MEIs

complementar (PLP) 28/2024, o primeiro projeto que regulamenta a reforma tributária. Nesta audiência, os membros da comissão discutirão o impacto da medida voltados para o setor imobiliário.

Visando cumprir a expectativa de votar o relatório final do PLP 68 no plenário da Casa até dezembro, na terça-feira os parlamentares seguem a discussão em duas audiências sobre a medida. A primeira, marcada para às 10h, o tema do plano de trabalho é “As atividades econômicas desenvolvidas no âmbito da Zona Franca de Manaus devem ser resguardadas e serão objeto de discussão nessa audiência pública”, com foco exclusivo na Zona Franca de Manaus. Já na segunda, às 14h30, os membros discutirão sobre os impactos da regulamentação da reforma tributária nas microempresas (MEs) e as empresas de pequeno porte (EPPs).

Chip da Beleza

Após o G20 e o feriado nacional, o plenário do Senado Federal volta a debater, nesta sexta-feira (22), às 14h, a determinação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em proibir o chamado “chip da beleza”, implantes hormonais manipulados.

Em 18 de outubro, a Anvisa suspendeu, em caráter preventivo, a manipulação, comercialização, propaganda e o uso de implantes hormonais manipulados. A medida foi adotada após uma série de denúncias apresentadas por entidades médicas, dentre elas, a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FebRASGO), que apontam o aumento no número de atendimentos de pacientes com problemas gerados por esse tipo de dispositivo. Dentre as denúncias feitas pelas entidades, muitos deles citam substâncias sem avaliação de segurança para essa forma de uso que estão no “chip”.

O senador Jorge Seif (PL-SC), por outro lado, alega que a decisão da Anvisa pode ser considerada precipitada já que não teve as implicações debatidas no âmbito legislativo ou em audiências públicas com especialistas no assunto.

“O ‘chip da beleza’ não é utilizado apenas para fins estéticos, mas também tem sido prescrito por médicos em casos de tratamentos hormonais específicos, a exemplo do hipogonadismo, puberdade tardia e transtornos sexuais hipofuncionais em mulheres. Nesses contextos, a literatura científica reconhece a eficácia e a segurança dos tratamentos hormonais, embora enfatize que isso não deva justificar o uso indiscriminado dos implantes para objetivos estéticos. A proibição irrestrita pode gerar descontinuidade em tratamentos legítimos, prejudicando pacientes que dependem desses implantes para melhorar sua qualidade de vida”, defendeu o senador.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Para Sóstenes, é preciso deixar o tema esfriar

Atentado joga discussão da anistia para 2025

Provável futuro líder do PL na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ) disse ao Correio Bastidores que o atentado da última quarta-feira jogará para o próximo ano a discussão sobre anistia a acusados e condenados por atos golpistas.

Segundo ele, o fato que gerou uma comoção obriga a uma mudança no “timing” do andamento da proposta — é preci-

so deixar o assunto esfriar um pouco.

Sóstenes afirmou que, antes das explosões, havia a expectativa de que o tema fosse resolvido ainda na gestão de Arthur Lira (PP-AL) no comando da Câmara. Franco favorito para comandar a Casa a partir de fevereiro, Hugo Motta (Republicanos-PB), já lhe dissera que o assunto deveria andar com alguma rapidez.

Exagero

Apesar da mudança no calendário, Sóstenes afirmou acreditar que a anistia será aprovada. Para ele, mesmo deputados e senadores que não se classificam como de direita consideram exageradas as penas de até 17 anos de prisão impostas aos condenados.

Sem integrantes

No dia 29 de outubro, Lira alterou a tramitação do projeto: o levou para uma comissão especial que, na prática, ainda não foi criada. Os partidos precisam indicar deputados que irão integrá-la. A ação terrorista da semana passada atrasa ainda mais o processo.



Antônio Augusto/STF

Barroso classificou de criminosas falas contra urna

Ministros indicam que serão duros com Bolsonaro

Já se esperava uma declaração pesada do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, sobre o atentado cometido pelo chaveiro Francisco Wanderley Luiz.

Mas o tom dos pronunciamentos do presidente do STF, Luís Roberto Barroso, e do ministro Gilmar Mendes evidenciam que não será fácil, na

corrente, a vida do ex-presidente Jair Bolsonaro e de ex-integrantes de seu governo também suspeitos de envolvimento com a tentativa de 8 de Janeiro.

Barroso classificou de “criminosamente mentirosa” a afirmação de que teria havido fraude na eleição de 2022 — falas que, segundo ele, insuflaram manifestantes.

Sequestro

Mendes disse que “o discurso de ódio, o fanatismo político e a indústria de desinformação foram largamente estimulados pelo governo anterior”. Falou em sequestro de símbolos e feriados nacionais e que o 7 de Setembro de 2021 foi usado para ameaçar o STF.

Atos e fatos

Os dois fizeram questão de não tratar o ato da semana passada como um fato isolado. Relataram uma série de outras ações desenvolvidas a partir de 2022, como tentativa de invasão da Polícia Federal e de explosão de um caminhão-tanque no aeroporto de Brasília.

Reação

Os três ministros foram unânimes ao condenar a possibilidade de anistia aos envolvidos em tentativas golpistas. Isso gerou uma reação de Sóstenes que, no Twitter, sem citar o STF ressaltou que nenhum outro poder pode tutelar o Congresso Nacional.

Canetas pesadas

Para ele, “qualquer autoridade que queira agir como tutor dos Congressistas não é uma amante da DEMOCRACIA!”. Muita gente na Câmara e no Senado pensa assim, mas os atentados direcionados ao STF só pioram o peso da caneta dos ministros na hora de julgar.